



Notícia BAD

Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
Nº22 Abril-Maio 2010

Sumário

. Editorial

. Destaques 10.º Congresso

Tomadas de posição

Conclusões e recomendações

. Notícias

9 de Junho: dia internacional dos Arquivos

Portal Português de Arquivos

Arquivos sem fronteiras: Colóquio Internacional

Arquivo da WEB Portuguesa

. Leituras

Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7

. Acontece em Junho

Editorial

Terminado o 10.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, é francamente positivo o balanço a fazer daquela que é a maior reunião profissional do sector em Portugal: pela qualidade científica, mas também por evidentes inovações ao nível da divulgação e comunicação, em que a edição de 2010 mergulhou a fundo nas ferramentas da WEB 2.0 que, de resto, continuam ainda a publicar ecos do encontro.

Neste número do Notícia BAD publicam-se 2 tomadas de posição aprovadas no Congresso de Guimarães (sobre concursos da Administração Pública nas áreas funcionais de arquivo e biblioteca e sobre a portaria n.º 756/2009 - Professor-Bibliotecário), bem como as Conclusões e Recomendações, que constam de 12 pontos que se assumem como elementos norteadores para a actividade da Associação neste mandato e para o futuro.

Destaques

10.º Congresso Nacional: tomadas de posição

Posição da BAD sobre Concursos da Administração Pública nas áreas funcionais de arquivo e biblioteca



Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, que reestrutura as carreiras da Administração Pública, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD tem vindo a tomar conhecimento da abertura de procedimentos concursais para provimento de lugares de técnicos superiores e assistentes técnicos, com vista ao desempenho de funções nas áreas funcionais de arquivo e de biblioteca, sem que nos mesmos seja feita a exigência de habilitações específicas para o efeito.

O exercício de funções nas referidas áreas funcionais exige conhecimentos adquiridos através de formação superior ou média de natureza especializada, no domínio das Ciências da Informação.

Essa formação, em matéria de estudos superiores, que prepara profissionais em todo o mundo e que em Portugal tem mais de um século de existência, traduziu-se, desde 1983, nos Cursos de especialização em Ciências Documentais, de natureza pós-graduada e com a duração de dois anos e, a par destes e desde a implementação do Processo de Bolonha, na criação de licenciaturas e de mestrados no referido domínio. Em matéria de ensino técnico de nível médio,

existe oferta em Portugal desde há mais de 30 anos.

Embora as carreiras BAD – a despeito do Parecer da BAD sobre o regime de carreiras de pessoal das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo, de 2 de Junho de 2008, que defendia a manutenção da sua especificidade – tenham sido extintas e os respectivos profissionais integrados nas carreiras gerais criadas pelo Decreto-lei n.º 121/2008, afirma-se no parágrafo 5 do preâmbulo deste diploma que “Os postos de trabalho serão caracterizados em função da atribuição, competência ou actividade em cujo exercício se inserem, das carreiras e categorias que lhes correspondem e, quando imprescindível, em função da área de formação académica ou profissional de que o ocupante do posto de trabalho deva ser titular.”

Sendo claro que o Decreto-Lei n.º 121/2008 abre, desta forma, o caminho para a arbitrariedade na exigência ou não de formação específica para o provimento destes lugares, a BAD entende que a especificidade, o nível de tecnicidade e as bases científicas que sustentam a prática profissional dos profissionais de informação e documentação impõem, necessariamente, a posse de requisitos de formação especializada, de nível superior ou de nível médio, consoante se trate do exercício de funções de técnico superior ou de assistente técnico.

Entende a BAD também, por isso, que no cumprimento do seu papel de defesa dos interesses dos profissionais do sector, deverá continuar o trabalho de monitorização dos procedimentos concursais publicados em Diário da República, comunicando sistematicamente a sua posição junto das entidades responsáveis pela abertura dos mesmos.

Assim, a BAD julga ser seu dever exigir ao Governo e às entidades que tutelam serviços e programas de

bibliotecas, arquivos e de informação que garantam a inclusão obrigatória da formação especializada nos requisitos dos concursos nestas áreas funcionais.

Guimarães, 7 de Abril de 2010

Posição aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da BAD, realizada a 7 de Abril de 2010, em Guimarães. A moção foi aprovada sem votos contra e com uma abstenção

Posição da BAD sobre a Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho



A Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho, corresponde a um marco importante para as bibliotecas escolares portuguesas, que ascendem a mais de 2000 na Rede de Bibliotecas Escolares, lançada em 1996. Cria a função de professor-bibliotecário e estabelece o procedimento específico para a sua selecção e afectação nas escolas e agrupamentos de escolas, assim como as regras de designação de docentes para o cargo de coordenadores interconcelhios da rede de bibliotecas escolares. Mantém, ainda, uma estrutura de coordenação nacional da rede.

Como representante dos profissionais de informação e documentação, como entidade que tem apoiado criticamente o Programa Rede de Bibliotecas Escolares desde a sua criação e tendo em conta as recomendações de organizações internacionais - International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), International Association of School Librarianship (IASL), European Network for School Libraries and Information Literacy (ENSIL) -, a BAD insiste no princípio de que a qualidade das bibliotecas escolares depende da qualificação do pessoal responsável pela sua organização, gestão, dinamização e desenvolvimento. Se não for garantida esta qualificação, compromete-se mesmo o benefício de outros investimentos, igualmente necessários, tais como os que se referem a instalações, equipamentos, fundos documentais e demais recursos. São indispensáveis profissionais devidamente qualificados nas bibliotecas escolares, com formação que congregue competências nos domínios da Biblioteconomia, da Gestão de Informação, da Formação do Utilizador e da Educação.

Assim, defendemos que o desenvolvimento das bibliotecas escolares depende de requisitos de formação nestes domínios, quer na selecção dos seus responsáveis como na de todos os elementos das equipas que nelas trabalham.

A aplicação da Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho, demonstra que ainda estamos longe de atingir tais requisitos, no universo das bibliotecas escolares portuguesas.

No entanto, muitos são os docentes e não docentes que se empenham diariamente em bibliotecas escolares de qualidade, registando-se, simultaneamente, uma procura crescente de formação especializada nos domínios que referimos, quer por parte de professores, quer por parte de não docentes.

Assim, a BAD intervirá no sentido de promover sinergias que defendam a qualidade das bibliotecas escolares e a necessária qualificação dos que as desenvolvem. Nesse sentido, consideramos que:

1. As entidades do ensino superior, nas ofertas de formação que desenvolvam, devem ter em conta as exigências do trabalho técnico e educacional que este sector apresenta;

2. Os(as) legisladores(as) nos domínios da Administração Educativa e da Qualificação, bem como os(as) gestores(as) das escolas, devem assegurar sempre a selecção de pessoal qualificado para as bibliotecas escolares, valorizando os importantes investimentos nelas já realizados e as naturais expectativas quanto ao seu impacto nas aprendizagens das crianças e dos jovens que as frequentam;

3. Os(as) profissionais devem continuar a empenhar-se na sua formação e qualificação, aplicando-se no desenvolvimento de bibliotecas escolares que se rejam por padrões de referência internacionais, confirmando, na prática, a importância da qualificação dos profissionais na qualidade dos serviços e no contributo para o sucesso educativo.

Guimarães, 7 de Abril de 2010

Posição aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da BAD, realizada a 7 de Abril de 2010, em Guimarães. A moção foi aprovada com dois votos contra



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO 10.º CONGRESSO

O 10º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas que decorreu em Guimarães, de 7 a 9 de Abril de 2010, teve como lema: **Políticas de Informação na Sociedade em Rede** e pretendeu enquadrar as principais questões e problemas que estão hoje na ordem do dia, numa época marcada pelo impacto de um conjunto de mudanças sociais e tecnológicas, que alteram o paradigma da comunicação, com reflexo nos serviços prestados pelas bibliotecas e pelos arquivos, nas quais o acesso e a utilização da informação ocupam um lugar central e decisivo.

Além do contributo de participantes estrangeiros, a iniciativa contou com cerca de sete dezenas de comunicações e três dezenas de pósteres de profissionais nesta área e com o profícuo debate ocorrido em sete painéis temáticos e sectoriais.

Os temas em discussão neste Congresso foram:

1. Informação e Sociedade: Identidade, Cidadania, Coesão Económica e Social;
2. Políticas e enquadramento legal;
3. Infraestruturas: Integração, Desenvolvimento, Coordenação;
4. Conteúdos: gestão, acessibilidade, utilização;
5. Competências: Literacia da Informação, Formação de Especialistas.

O Congresso reconheceu a inexistência de uma política nacional de informação coerente, facto do qual decorrem muitas das debilidades, atrasos e fragilidades das instituições e iniciativas nacionais nestes domínios.

Da reflexão e do debate ocorridos durante o Congresso resultaram algumas conclusões e recomendações que desde já se enunciam:

1. O reconhecimento da informação como recurso estratégico para a educação, a cidadania, a coesão social e o desenvolvimento económico;
2. A necessidade premente de definição e implementação de uma política nacional de informação que, à semelhança do que sucede na generalidade dos países desenvolvidos,

se constitua como instrumento fundamental para o progresso do país;

3. A urgência da aprovação, antecedida de consulta a entidades e organizações representativas, de um quadro legislativo coerente que suporte a política nacional de informação e o desenvolvimento dos sistemas que a materializam (por exemplo, alteração das leis de depósito legal e da legislação existente no domínio arquivístico e elaboração e aprovação de legislação específica para os diversos tipos de bibliotecas);

4. A necessidade de reforçar o acesso à informação através de redes nacionais e internacionais, garantindo a disponibilização generalizada da informação produzida com financiamento público;

5. A constatação de que as bibliotecas públicas, escolares e académicas são importantes veículos de acesso à informação, de promoção da literacia de informação e podem desempenhar um papel fundamental no âmbito das políticas de aprendizagem ao longo da vida, sendo assim de extrema importância o investimento em programas de promoção de literacia da informação;

6. A preocupação com o desinvestimento que se está a verificar em alguns programas e iniciativas essenciais ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, como é evidente, sobretudo, na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, os quais exigem medidas imediatas para contrariar esta tendência;

7. A existência de um vasto conjunto de projectos e serviços inovadores que, embora representando um salto qualitativo, constituem frequentemente iniciativas avulsas e desarticuladas. A sustentabilidade e a preservação da informação a longo prazo requerem o desenvolvimento de políticas apropriadas, a implementação de práticas e normas sólidas, o acesso a recursos humanos e financeiros consistentes e um compromisso durável, por parte das entidades governamentais e das organizações, sob pena de vermos desaparecer iniciativas de mérito, com tudo o que isso representa de desperdício de recursos já investidos, perda de informação e redução da visibilidade dos conteúdos em língua portuguesa nas redes internacionais;

8. O reforço dos sinais positivos já referidos implica que os profissionais e as instituições interiorizem uma cultura de mudança, que incorporem meios, tecnologias, serviços Web emergentes e ferramentas de Web social, e que se estabeleçam políticas e incentivos que premeiem a inovação e as boas práticas;

9. A procura da qualidade e excelência por parte dos serviços exige a aplicação de métodos de avaliação que facilitem, através de indicadores rigorosos, uma gestão e um planeamento estratégicos, bem como uma atitude proactiva de defesa dos próprios serviços de informação.

10. A necessidade de uma maior responsabilização da liderança dos organismos públicos na forma como gere a informação de que são produtores/detentores, de modo a garantir a sua correcta preservação, o tratamento e o acesso público;

11. A implementação de políticas e incentivos que promovam a cooperação e o trabalho em rede, com a consequente partilha de recursos;

12. A imprescindibilidade de profissionais competentes, com formação especializada, de forma a garantir a qualidade dos serviços e a rentabilização dos investimentos realizados.

Estas conclusões e recomendações não esgotam a necessidade de continuar a debater e aprofundar estes temas e problemas, devendo a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas constituir-se como um motor de iniciativas que conduzam a essa reflexão imprescindível e dela façam eco junto das instâncias e organismos responsáveis pela política

nacional da informação.

Nesse sentido, recomenda-se que a BAD dê continuidade aos instrumentos da rede social criados para este Congresso e explore as suas potencialidades de discussão, criação e partilha de experiências e de conhecimento.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

Notícias

DIA INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS



Dando continuidade às celebrações do Dia Internacional dos Arquivos, a DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos preparou para o próximo dia 9 de Junho um programa que visa contribuir para a promoção e divulgação da causa dos Arquivos: dar a conhecer a responsabilidade que representa a conservação, preservação e divulgação das memórias individuais e colectivas enquanto representação da identidade e património cultural dos povos e das nações.

O programa contempla uma visita às instalações e serviços do Arquivo Nacional Torre do Tombo, à qual se seguirá, da parte da tarde, o workshop Portal Português de Arquivos, com intervenção de técnicos da DGARQ e de instituições aderentes ao projecto.

A participação no evento implica inscrição prévia, que deverá ser feita através dos endereços lurdes.henriques@dgarrq.gov.pt e carla.coelho@dgarrq.gov.pt.

O programa pode ser consultado em <http://dgarrq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/organizacao-de-eventos/dia-internacional-dos-arquivos-2010/>.

PORTAL PORTUGUÊS DE ARQUIVOS: NOVOS DESENVOLVIMENTOS

Encontra-se neste momento concluída a fase de implementação do Portal Português de Arquivos (PPA), tendo sido já iniciada a fase seguinte - a de teste -, que decorrerá ao longo do mês de Abril. Uma vez concluída, o PPA poderá ser apresentado e disponibilizado ao público em geral.

A conclusão desta etapa constitui um marco a assinalar, uma vez que o PPA corresponde ao interface visível da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA).

Permitirá aos utilizadores, através da pesquisa, graças à meta informação recolhida através da agregação e periodicamente analisada pelo módulo de verificação de conformidade, recuperar os conteúdos de informação dos repositórios das entidades aderentes (data providers).

O PPA oferecerá a opção de pesquisa simples, com indicação das mais frequentemente realizadas (com possibilidade de refinar os resultados obtidos) e pesquisa avançada, com incidência sobre a totalidade dos repositórios ou apenas sobre parte deles.

O PPA disponibilizará igualmente um menu de ajuda, a partir do qual serão enunciados os princípios, gerais e específicos, da pesquisa, e enumeradas, passo a passo, as possíveis estratégias a adoptar, ilustradas com exemplos práticos, com o objectivo de assegurar ao utilizador a rentabilização máxima deste novo serviço.

O recurso ao directório permitirá obter informação sobre a totalidade das entidades detentoras registadas que disponibilizam meta informação através do PPA, e contactar ou aceder directamente aos recursos de informação por elas disponibilizados através dos respectivos sítios Web.

ARQUIVOS SEM FRONTEIRAS: COLÓQUIO INTERNACIONAL



A Associação Flamengo de Arquivistas e Bibliotecários (VVBAD) e a Associação de Arquivistas dos Países Baixos (KVAN) vão organizar nos dias 30 e 31 de Agosto do Colóquio Internacional **Arquivos sem Fronteiras**, a ter lugar em Haia, Holanda, no Palácio da Paz.

Para além de se fazer a comemoração do centenário da primeira conferência internacional de Arquivos, que teve lugar em Bruxelas, em 1910, o Congresso irá incidir sobre a importância dos arquivos para a boa gestão em contexto internacional, no actual panorama de globalização da sociedade da informação.

As sessões serão organizadas em torno de 3 temas:

1 - Solidariedade arquivística: que actividades podem as associações profissionais do sector desenvolver e com que dificuldades devem contar nos apoios internacionais? E qual o impacto da proposta de Declaração Universal do ICA a este respeito?

2 - Direitos Humanos e Arquivos: os arquivos podem ser considerados testemunhas silenciosas a sua relevância é particularmente visível quando estão em causa direitos humanos. De que forma os Arquivos salvaguardam os direitos humanos? Quem tem acesso aos arquivos e a quem é esse acesso negado? Como é que a questão da acessibilidade afecta a protecção dos direitos humanos?

3 - Arquivos sem fronteiras: há vários arquivos cuja importância transcende as barreiras nacionais. São disso exemplo os registos do tribunal de Nuremberga e da ex-Jugoslávia, ou os arquivos de organizações internacionais e supranacionais como a Comissão Europeia, a Cruz Vermelha Internacional ou o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Como devem ser geridos esses arquivos, para os quais não existe legislação arquivística específica internacional?

O programa do Colóquio, que conta com especialistas da Suíça, Reino Unido, Chile, Noruega, Estados Unidos, Alemanha, México, Canadá, Bangladesh, Marrocos, Austrália, Espanha, Indonésia e, claro, Holanda e Bélgica.

O programa pode ser consultado em <http://www.archiveswithoutborders.org/>.

ARQUIVO DA WEB PORTUGUESA



O **Arquivo da Web Portuguesa** é um serviço público sem fins lucrativos que tem como objectivo a preservação para acesso futuro da informação publicada na WEB de interesse latente para a comunidade portuguesa.

Acessível a partir do endereço <http://arquivo-web.fccn.pt/>, este serviço permite pesquisar informação do passado que já não se encontra disponível na WEB, mas também fornecer recursos de investigação, designadamente na área da História, Sociologia e Linguística.

Desenvolvido pela Fundação para a Computação Científica Nacional, o projecto foi motivado pela constatação de que, após 1 ano, apenas 20% de um conjunto de endereços se mantém válido, o que equivale a afirmar que 80% da informação publicada na WEB (milhões de páginas publicadas diariamente) perde-se irremediavelmente.

Com base na preocupação de preservar esta informação, o Arquivo recolhe exaustivamente os endereços do domínio PT (a par de outros conteúdos alojados fora deste domínio mas de manifesto interesse para a comunidade portuguesa), permitindo a posterior pesquisa por termo e por endereço, garantindo ainda a possibilidade de computação automática dos dados arquivados para fins de investigação.

Actualmente, podem ser encontrados conteúdos históricos da WEB portuguesa arquivados desde 1996, tendo a grande maioria sido arquivada entre 2000 e 2009. Para além da pesquisa por termo e por endereço, existem opções de pesquisa avançada.

Os responsáveis pelo projecto efectuem recolhas periódicas desde Janeiro de 2008, pelo que conteúdos mais antigos só podem ingressar no Arquivo mediante cedência por parte de entidades externas que os tenham guardado ao longo do tempo. Por este motivo, a cooperação particular e institucional surge como fundamental para o desenvolvimento do projecto.



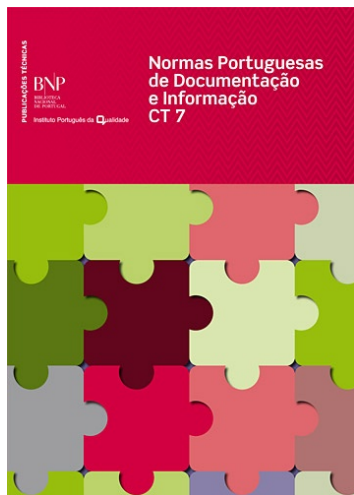
Anuncie a sua empresa, serviço, produto ou evento no NotíciaBAD

Consulte **aqui** a tabela de preços de publicidade.

mais informações pelo endereço de email editorial@apbad.pt

Leituras

Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7



[Ed. lit.] Biblioteca Nacional de Portugal, Instituto Português da Qualidade; coord. Rosa Maria Galvão; [colab.] Fátima Loureiro Rebelo Pais. Lisboa: BNP: IPQ, 2010. 665 p. (Publicações técnicas)

Desde 1990 que a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) assume as funções de Organismo de Normalização Sectorial (ONS), reconhecido pelo IPQ, coordenando as actividades da CT7 – Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Informação e Documentação. A motivação inicial para o acordo entre a BNP e o Organismo Nacional de Normalização – Instituto Português da Qualidade (IPQ) permanece ainda hoje a mesma e assenta na atribuição, que de há longa data a Instituição vem mantendo, de funções normativas no âmbito específico da sua actividade biblioteconómica e áreas afins.

Numa convergência de renovação e dinamização das actividades normativas, a presente edição conjunta, pela BNP e IPQ, de uma colectânea de toda as normas portuguesas de informação e documentação, consubstancia dois aspectos fundamentais de uma estratégia conjunta. Por um lado, a actualização e alinhamento das normas portuguesas com as correspondentes da International Organization for Standardization (ISO), testemunhando um novo fôlego da actividade normativa. Por outro, a adopção de soluções que viabilizem uma melhor e mais integrada acessibilidade às normas portuguesas, especialmente em sectores como o da informação e documentação, em que o corpus normativo é ao mesmo tempo fonte de referência essencial para profissionais no activo e incontornável matéria de ensino e aprendizagem nas universidades e escolas profissionais.

O preço de venda é de 45 euros.

Acontece em Junho...

EM PORTUGAL

. II Jornadas de Arquivos

Tema: Perspectivar o Futuro

Data: 9 e 10 de Junho de 2010

Local: Albufeira

Organização: Arquivo Histórico de Albufeira

Mais informações: http://www.cm-albufeira.pt/portal_autarquico/albufeira/v_pt-PT/menu_municipal/servicos_municipais/arquivo_historico/Eventos/

. 12.^a Conferência da European Association of Health Information and Libraries

Tema: Discovering new seas of knowledge: technologies, environments and users in the future of health libraries

Data: 14 a 18 de Junho de 2010

Local: Lisboa

Organização: APDIS

Mais informações: <http://www.eahil2010.org/en>

NA EUROPA

. CRIMEA 2010 - Seventeenth International Conference

Tema: Libraries and information resources in the modern world of Science, Culture, Education and Business

Data: 5 a 13 de Junho de 2010

Local: Sudak - Ucrânia

Organização: Russian National Public Library for Science and Technology

Mais informações: <http://gpntb.ru/win/inter-events/crimea2010/eng/index1.php>

. ELPUB 2010 - 14th International Conference on Electronic Publishing

Tema: Publishing in the Networked World: transforming the nature of communication

Data: 16 a 18 de Junho de 2010

Local: Helsínquia - Finlândia

Organização: ELPUB

Mais informações: <http://conferences.aepic.it/elpub2010/>

NO RESTO DO MUNDO

. Association of Canadian Archivists 35th Annual Conference

Tema: Standing on the shoulders of giants: the next generation of Canadian Archivists

Data: 9 a 12 de Junho de 2010

Local: Halifax - Canadá

Organização: Association of Canadian Archivists

Mais informações: <http://www.archivists.ca/content/annual-conference>

. AERI 2010 - The Second Annual Archival Education and Research Institute

Data: 20 a 25 de Junho de 2010

Local: Ann Arbor - Estados Unidos da América

Organização: Institute of Museum and Library Services

Mais informações: <http://aeri2010.wetpaint.com/>

. JCDL 2010 - Joit Conference on Digital Libraries

Tema: Vision 2010 - Beyond Digital Libraries

Data: 21 a 25 de Junho de 2010

Local: Brisbane - Austrália

Organização: JCDL

Mais informações: <http://www.jcdl2010.org>

. IAML Congress 2010

Data: 27 de Junho a 2 de Julho de 2010

Local: Moscovo - Rússia

Organização: International Association of Music Libraries, Archives, and Documentation Centres

Mais informações: <http://www.iamlcongress2010.ru/>

Ficha técnica:

Propriedade: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD)
Director: João Carlos Oliveira | Concepção & Redacção: Sandrine Vercaempt | Periodicidade: Mensal | ISSN: 1646-9003

Envie os seus contributos, comentários ou sugestões para editorial@apbad.pt.